



NOTA TÉCNICA



**ANÁLISE  
INTERSECCIONAL DE  
DADOS EDUCACIONAIS**



**GELEDÉS**  
INSTITUTO DA MULHER NEGRA

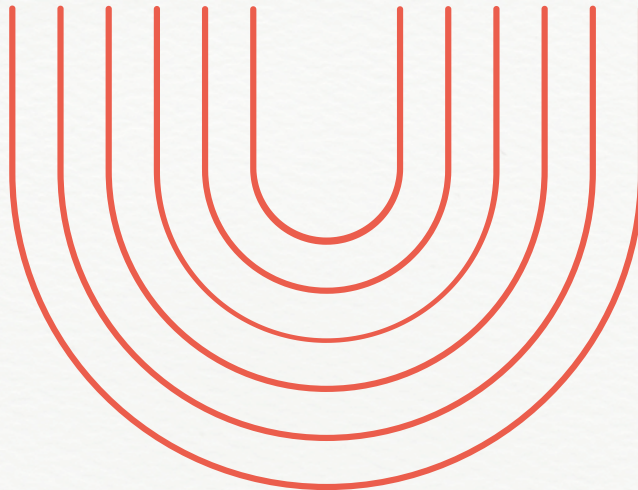




# F I C H A T É C N I C A

- Título:** Nota Técnica Análise Interseccional de Dados Educacionais
- Coordenação:** Suelaine Carneiro  
**Metodologia e produção:** Jaqueline Lima Santos
- Realização:** Geledés Instituto da Mulher Negra
- Apoio:** Fundo Malala





**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Santos, Jaqueline Lima

Nota técnica [livro eletrônico] : análise interseccional de dados educacionais / Jaqueline Lima Santos ; coordenação Suelaine Carneiro. -- São Paulo : Geledés, 2024.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-85-62750-04-5

1. Dados - Análise 2. Estatística 3. Interseccionalidade 4. Mulheres negras - Condições sociais 5. Racismo 6. Relações étnico-raciais  
I. Carneiro, Suelaine. II. Título.

24-217251

CDD-001.4225

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Análise de dados : Metodologia : Pesquisa  
001.4225

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



**Realização**



**GELEDÉS**  
INSTITUTO DA MULHER NEGRA

**Apoio**


**MALALA**»  
**FUND**





## SUMÁRIO

Apresentação.....	
Introdução.....	
Perspectiva interseccional: produção de conhecimento emancipatório para a construção da política emancipatória.....	
Produção de diagnósticos e análises interseccionais .....	
Dados secundários.....	
Dados primários .....	
Análises intersetoriais para políticas intersetoriais.....	
Recomendações.....	
Bibliografia.....	



## APRESENTAÇÃO

Geledés Instituto da Mulher Negra é uma organização da sociedade civil fundada em 30 de abril de 1988, que se posiciona em defesa de mulheres e negros pois são segmentos sociais que padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira. Também se posiciona contra todas as demais formas de discriminação que limitam a realização da plena cidadania, tais como a lesbofobia, a homofobia, os preconceitos regionais, a intolerância religiosa, o cerceamento de opinião e as diferenças de classe sociais. Ao longo de seus 36 anos, constituiu-se como uma organização relevante no debate sobre as desigualdades, atuando na sensibilização, mobilização e produção de evidências que contribuam para a reversão das assimetrias de raça e gênero no país.

No campo da educação, destacamos uma iniciativa que Geledés desenvolve desde o ano de 2021 - o projeto *"Defesa do direito à educação de meninas negras"*, voltado para o monitoramento e fortalecimento das políticas públicas de educação a partir de três pilares: a) defesa das agendas de gênero e raça; b) proposição de políticas públicas e programas em defesa do direito à educação de meninas negras; c) fortalecimento da convivência democrática. O projeto conta com o apoio do Fundo Malala - uma organização que investe e apoia ações que garantam os estudos e o aprendizado de meninas, com presença em oito países (Afeganistão, Brasil, Etiópia, Índia, Líbano, Nigéria, Paquistão e Turquia).

Integrando o eixo proposição de políticas públicas e programas que em defesa do direito à educação das meninas negras, realizamos, desde o ano de 2022, o curso Formação de Gestoras e Gestores em Equidade de Raça e Gênero na Educação Básica, uma iniciativa que busca contribuir com a elaboração de políticas públicas que atuem no enfrentamento das desigualdades de gênero e raça na educação a partir da análise interseccional dos indicadores educacionais e do trabalho intersetorial, de forma a alcançarmos a promoção da equidade racial e de gênero na educação brasileira.

Os dois ciclos formativos realizados tiveram foco na educação do estado de São Paulo, e contamos com o apoio e a participação de representantes da Secretaria Municipal da Educação de Araçariguama, Campinas, Diadema, São Caetano do Sul, São Roque e Taboão da Serra. Cada etapa foi realizada em 4 módulos, com as seguintes abordagens:

- As desigualdades e as agendas de gênero e raça nas políticas educacionais: uma abordagem sociohistórica;
- Indicadores Educacionais e Diagnóstico das Desigualdades na Educação Básica;
- Mapeando as desigualdades de raça, gênero e território nos municípios parceiros;
- O papel da intersetorialidade nas ações de enfrentamento às desigualdades.

As formações se justificam por entendermos que há lacunas na produção das informações e análises dos resultados apresentados nos dados educacionais, que ao utilizarem variáveis isoladas, não conseguem explicar a complexidade da realidade socioeconômica, racial e de gênero brasileira, cujo resultado imediato é sempre a permanência das barras assimétricas que marcam a história de negros e brancos na educação, de mulheres negras e brancas na educação. Neste sentido, esta publicação busca contribuir para que outras secretarias de educação e órgãos de promoção da equidade a elas vinculadas, assim como trabalhadoras(es) técnicas e operadoras(es) de direitos, adotem estratégias intersetoriais e com uma abordagem interseccional para garantir a oferta de uma educação de qualidade com equidade e justiça racial e de gênero.

Desejamos que todos os estudantes negros, em particular as meninas negras, vislumbrem novos caminhos e novos sonhos de vida, mas para isso a política educacional precisa romper com os preconceitos e estereótipos que recaem sobre suas capacidades e habilidades, e passem a possibilitar a plena realização de suas potências.

### **Boa leitura!**

Suelaine Carneiro

Coordenadora Programa Educação e Pesquisa

Geledés Instituto da Mulher Negra



## INTRODUÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar recomendações para a produção e análise de dados a partir de uma perspectiva interseccional. Isso significa coletar e apresentar resultados que permitam cruzar características como raça, gênero, território, deficiência e outras variáveis relevantes. Ao olhar para a média aritmética constata-se que esse tipo de indicador não consegue aferir com precisão as desigualdades sofridas por grupos mais vulneráveis e, em muitos casos, o que acontece é uma compreensão parcial ou errônea de como essas disparidades se materializam. Diante disso, os resultados por variáveis isoladas não são suficientes para explicar a complexidade da realidade brasileira.

Por exemplo, ao analisarmos os rendimentos de homens e mulheres separadamente, vemos que homens têm rendimento médio de R\$ 3.323,00 e mulheres de R\$ 2.562,00 (PNAD1, 2022). No entanto, uma análise interseccional revela que não é apenas o gênero que define as desvantagens sociais. Homens não negros (brancos e asiáticos) têm renda de R\$ 4.228,00, mulheres não negras de R\$ 3.242,00, homens negros de R\$ 2.467,00 e mulheres negras de R\$ 1.957,00. Neste sentido, a média por gênero coloca homens negros e mulheres negras em posição superior àquela que realmente estão e invisibiliza suas maiores desvantagens sociais.


Os dados supracitados demonstram que a análise de variáveis isoladas invisibiliza a realidade dos grupos mais vulneráveis, escondendo o impacto dessas desigualdades no cotidiano de vida das pessoas que pertencem a esses grupos. Embora o gênero seja importante, quando combinado com raça/cor vemos que o racismo é um fator decisivo na definição das iniquidades no país. Homens negros têm rendimentos inferiores aos das mulheres brancas e asiáticas, e estas últimas estão ainda mais distantes das mulheres negras que constituem a base da pirâmide social brasileira.

---

<sup>1</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Se incluirmos a variável território, veremos outras desigualdades, como entre mulheres negras quilombolas e mulheres negras em áreas urbanas. O mesmo ocorre com mulheres brancas, que não têm os mesmos privilégios sociais que os homens brancos.

Para a consolidação de políticas públicas, eficazes, eficientes e transformadoras, é fundamental que estas tenham como referência dados, evidências e diagnósticos dos contextos de intervenção lidos a partir de uma perspectiva interseccional e que possibilitem identificar as necessidades e vulnerabilidades específicas de cada grupo social. Ou seja, a intersecção de dados é primordial para revelar uma “fotografia” mais fidedigna dos problemas a serem superados. Neste sentido, os dados produzidos por instituições estatais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), devem ser disponibilizados de forma a permitir o cruzamento de categorias relevantes, assim como os boletins dessas instituições também devem trazer uma análise interseccional e orientações técnicas para uma leitura e possibilidades de exploração dos indicadores que reflita a diversidade e complexidade do Brasil.



## **Perspectiva interseccional: produção de conhecimento emancipatório para a construção da política emancipatória**

Interseccionalidade poderia ser definida, nas palavras de Kimberlé Crenshaw (2002), como o encontro de "múltiplos sistemas de subordinação". Ao construir uma metáfora que ajuda a compreender esta categoria, a autora aponta que "raça, etnia, gênero e classe", como sistemas de subordinação, "constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos" (p. 177) e que o encontro dessas diferentes vias produz áreas mais desgastadas.

Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o "tráfego" que flui através dos cruzamentos (CRENSHAW, 2002, P. 177).

O cruzamento das variáveis raça, gênero, renda, território e deficiência nos ajuda a compreender se há algum impacto decorrente do encontro dessas especificidades na vida de determinados grupos sociais. Nesse sentido, devemos adotar o conceito de interseccionalidade, uma categoria analítica construída a partir das elaborações de ativistas mulheres negras em que articulam as "perspectivas de raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de intersecção de poder" para compreender suas realidades (Collins, 2017). A proposta é que categorias relacionadas às diferenças humanas que, quando hierarquizadas, oprimem e geram desigualdades, não sejam lidas isoladamente, mas vistas de forma interconectada. Collins (2017) descreve que ao desenhar o que viria a ser esse conceito, manifestos de mulheres negras apontavam que:

uma perspectiva que considerasse somente a raça ou outra com somente o gênero avançariam em análises parciais e incompletas da injustiça social que caracteriza a vida de mulheres negras afro-americanas, e que raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência de mulher negra (p.8).

E, desta forma, se "racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, coletivamente, moldavam a experiência de mulheres negras, a libertação das mulheres negras exigia uma resposta que abarcasse os múltiplos sistemas de opressão" (Collins, 2017, p. 8). Patricia Hill Collins (2013; 2016; 2017) busca demonstrar que a ideia de interseccionalidade foi construída a partir das experiências de movimentos sociais de "mulheres de cor" que debatiam suas particularidades como pontos necessários para a efetivação da justiça social para todas as pessoas. Assim, muito antes de ganhar popularidade no ambiente acadêmico, este conceito já vinha sendo desenhado a partir da práxis da luta política de grupos de mulheres não- hegemônicas. Em um segundo momento, mulheres negras passaram a ocupar o ambiente acadêmico como estudantes, pesquisadoras e docentes, e influenciaram os estudos de raça, classe e gênero ao levar essas ideias dos movimentos sociais para os círculos acadêmicos, abrindo caminhos para a construção da noção de interseccionalidade.

A interseccionalidade pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições (Collins; Bilge, 2016). A eficácia das ideias centrais de Interseccionalidade, em situações díspares politicamente, levanta questões importantes sobre a relevância do conhecimento para a luta por liberdade e iniciativas de justiça social (COLLINS, 2017, p. 7).

Para os movimentos sociais de "mulheres de cor" que se formavam desde o século XIX, o olhar sobre a articulação de raça, classe e gênero pavimentou um caminho para a consolidação da justiça social. Contudo, os trabalhos sobre interseccionalidade como conceito acadêmico

raramente incluem o período dos movimentos sociais, e se limitam a localizar um ponto de origem no momento em que a academia primeiro notícia e nomeia este emergente campo de estudos, as ideias associadas aos estudos de raça/ classe/ gênero na década de 1980 foram constantemente ignorados até que atores institucionais poderosos o reconhecessem. Ao aceitar um nome para o campo, que foi afastado de sua origem nos movimentos sociais

Desse modo, houve um processo acadêmico de separação da concepção de interseccionalidade elaborada pelos movimentos sociais, sobretudo ao isolarem essa categoria analítica daquilo que esteve presente nos caminhos que possibilitaram a sua criação: a junção do conhecimento emancipatório com a política emancipatória. Ressaltamos este ponto para afirmar que, ao tomarmos o conceito de interseccionalidade, buscamos seus fundamentos nas construções iniciais dos movimentos das mulheres negras, que pretendiam ir além da legitimação acadêmica de um conceito para empreender uma práxis política e de transformação social.

Nosso objetivo é propor uma leitura coerente dessa perspectiva analítica comprometida com ações de promoção da justiça social. A promessa inicial do feminismo negro e a ideia de interseccionalidade que a acompanhou consistia em promover políticas emancipatórias para as pessoas que aspiravam à construção de uma sociedade mais justa (Collins, 2017, p. 15).

Kimberlé Crenshaw (2002) destaca que, quando deixamos de analisar questões interseccionais relacionadas à realidade das mulheres, tratando todo o problema vivenciado por este segmento como questão de gênero, operamos a superinclusão.

O discurso sobre o tráfico de mulheres é um exemplo disso. Quando se presta atenção em quais mulheres são traficadas, é óbvia a ligação com a sua marginalização racial e social. Contudo, o problema do tráfico é frequentemente absorvido pela perspectiva de gênero sem que se discuta raça e outras formas de subordinação que também estão em jogo. Por exemplo, no recente relatório sobre tráfico de mulheres, do Comitê sobre a Condição das Mulheres, não se deu atenção alguma ao fato de que, muitas vezes, a raça ou formas correlatas de subordinação contribui para aumentar a probabilidade de que certas mulheres, ao invés de outras, estejam sujeitas a tais abusos (CRENSHAW, 2002, P. 175).

A autora trata como superinclusão a invisibilização de outras variáveis em detrimento de uma única variável, no caso, gênero, para analisar um problema social. Neste caso, há outros dois elementos preponderantes que tornam algumas pessoas mais vulneráveis ao tráfico de mulheres, ou seja, raça e classe. De outro modo, quando a realidade de um subgrupo é invisibilizada porque este não faz parte de grupos dominantes de determinada categoria, pratica-se a subinclusão. Ou seja, há diferenças de gênero entre homens e mulheres do mesmo grupo étnico-racial ou há diferenças raciais entre mulheres, mas essas diferenças não são tratadas nem como problema racial nem como problema de gênero. Na superinclusão, descaracterizam-se as especificidades que levam as mulheres a enfrentarem determinada condição social e trata-se a problemática de forma global. Já na subinclusão, grupos específicos nem representam a realidade do todo e nem são colocados em evidência.

Uma análise de gênero pode ser subinclusiva quando um subconjunto de mulheres subordinadas enfrenta um problema, em parte por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero, porque não faz parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes. Uma outra situação mais comum de subinclusão ocorre quando existem distinções de gênero entre homens e mulheres do mesmo grupo étnico ou racial. Com frequência, parece que, se uma condição ou problema é específico das mulheres do grupo étnico ou racial e, por sua natureza, é improvável que venha a atingir os homens, sua identificação como problema de subordinação racial ou étnica fica comprometida. Nesse caso, a dimensão de gênero de um problema o torna invisível enquanto uma questão de raça ou etnia. O contrário, no entanto, raramente acontece. Em geral, a discriminação racial que atinge mais diretamente os homens é percebida como parte da categoria das discriminações raciais, mesmo que as mulheres não sejam igualmente afetadas por ela (CRENSHAW, 2002, P. 175).

Neste sentido, a subinclusão faz com que a realidade específica de um subgrupo não faça parte da realidade de nenhum grupo abrangente, como mulheres ou a comunidade negra. As perspectivas da superinclusão, que é generalista, e da subinclusão, que exclui a dimensão subgrupal de categorias mais abrangentes, como raça e gênero, prejudicam sobretudo mulheres de grupos racializados negativamente, já que "nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível" (CRENSHAW, 2002, p. 175) e "compreensões parciais e por vezes distorcidas das condições das mulheres são, muito provavelmente, ineficientes e talvez até contraproducentes" (CRENSHAW, 2002, p. 175).

Como alternativa a esses modelos, é necessário investigar as realidades complexas resultantes dessa interseccionalidade. Da mesma forma que os "múltiplos sistemas de subordinação" se encontram e produzem zonas de cruzamento mais desgastadas, é necessário cruzar os dados para conseguir identificar a realidade e as necessidades dos grupos mais vulnerabilizados. Isso não é novo no Brasil; Lélia Gonzalez (1979; 1983; 1988), embora não utilizasse o termo interseccionalidade, já na década de 1970 elaborou análises interseccionais para fazer uma interpretação da sociedade brasileira, colocando em evidência, sobretudo, a realidade de mulheres negras como base da pirâmide no país – o que se mantém até os dias atuais.

## **Produção de diagnósticos e análises interseccionais**

### ***Dados secundários***

O Brasil possui instituições exemplares na produção de dados oficiais, com coletas regulares de informações demográficas da população, considerando variáveis como gênero, raça/cor/etnia, grupos de idade, local de moradia, deficiência, escolaridade e renda, e abrangendo áreas como educação, trabalho, saúde, moradia, saneamento básico, configuração familiar, entre outras. Essas coletas são feitas periodicamente, com censos demográficos decenais, pesquisas amostrais anuais, pesquisas mensais sobre emprego e mercado de trabalho, censos educacionais anuais, avaliações de desempenho educacional, mapeamento das instituições e políticas públicas estaduais e municipais anuais, coleta contínua de indicadores de saúde, vitalidade e mortalidade, entre outros. Como lacuna na produção dos dados, apontamos a subnotificação e/ou inexistência de variáveis como quesito raça/cor, povos e comunidades tradicionais, identidade de gênero e sexualidade.

Instrumentos que traçam o perfil da população em áreas como educação, saúde e segurança pública, por exemplo, têm alto índice de subnotificação, ou seja, de não preenchimento do quesito raça/cor ou identificação de povos e comunidades tradicionais. Para reverter este quadro, é necessário avançar em políticas públicas de formação de profissionais responsáveis pela coleta e aplicação de questionários e de sensibilização da população sobre a importância da notificação destas variáveis. Ambas se relacionam com as desigualdades raciais e territoriais existentes no país e a inexistência de dados inviabilizam a formulação de políticas focadas em especificidades e contextos dos povos que formam a nação brasileira - apenas no último censo oficial (2022) quilombolas foram considerados como grupo populacional.



Com relação à identidade de gênero e sexualidade, a maior parte dos levantamentos e estudos estatais ainda não possibilitam identificar variáveis sobre a comunidade LGBTQIAPN+ que, como sabemos, é profundamente afetada pelas desigualdades - o Brasil é o país que mais mata pessoas transgênero no mundo e a expectativa de vida desse segmento no território nacional é de 35 anos (ANTRA, 2022). É preciso que as variáveis abrangentes de identidade de gênero e sexualidade sejam incluídas nas pesquisas nacionais para viabilizar o diagnóstico da situação da população LGBTQIAPN+ e, assim, definir políticas públicas que garantam os direitos dessa parcela da população.

Ademais, há uma produção consistente de dados para elaborar retratos da realidade nacional e, a partir disso, identificar as melhores formas de desenvolver políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos e o aprimoramento da vida em sociedade. No entanto, embora variáveis que permitam uma análise interseccional sobre o acesso aos direitos nas diferentes áreas sejam coletadas, os relatórios resultantes dos estudos oficiais nem sempre apresentam leituras dos dados em perspectiva interseccional. Da mesma forma, as bases de dados disponibilizadas nos portais dos institutos de pesquisa, como IBGE e INEP, não possibilitam esses cruzamentos. Uma das justificativas é a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nº 13.709/2008, especialmente no que se refere às limitações para a identificação dos indivíduos. Esta limitação é uma interpretação imprecisa da LGPD, já que contraria o interesse público em produzir evidências e diagnósticos complexos que contribuam para aprimorar o alcance das políticas públicas para diferentes territórios e grupos sociais e pode acarretar a manutenção e até mesmo perpetuação de desigualdades sociais que incidem com maior intensidade em grupos já historicamente discriminados.

No caso de indicadores educacionais, para acessar bases de dados com maior nível de profundidade é preciso apresentar uma proposta de uso das Salas de Sigilo do INEP. O projeto de pesquisa será submetido à avaliação e, caso aprovado, o estudo será realizado mediante o agendamento prévio de salas com acesso controlado, localizadas em instituições específicas do país, onde encontram-se computadores sem conexão à internet. Isso não significa acesso ilimitado aos indicadores, já que controlam informações que possibilitariam a identificação do perfil das pessoas, avaliam se os dados e cruzamentos produzidos pelo estudo podem ser retirados da Sala de Sigilo e os pedidos limitam-se a até três extrações das bases de dados de 300 MB cada.

Esse processo dificulta análises interseccionais que ajudariam a compreender as desigualdades educacionais brasileiras em maior nível de profundidade, como identificar dados de acesso, aprendizagem, permanência e conclusão de meninas e meninos quilombolas, indígenas e negros, por exemplo. As bases de dados públicas permitem, no momento, análises por gênero ou classe ou raça/cor/etnia, mas não de todas essas categorias cruzadas. Isso não acontece devido à inexistência de dados; pelo contrário, o INEP coleta informações como gênero, raça/cor/etnia, território, se pertence a povos ou comunidades tradicionais e quais são eles, por exemplo.

As limitações apresentadas para acesso aos dados permite identificar médias nacionais, regionais, estaduais e locais de determinados aspectos e grupos, mas não as características de segmentos que estão em níveis mais ou menos avançados nessas médias.

Por exemplo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é calculado a partir de dados de aprendizagem do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e dos indicadores de aprovação do Censo Escolar, nos permite compreender melhor que a média não mede as desigualdades. Se olharmos para a média nacional do IDEB no ensino médio, temos o indicador de 3,9, mas se analisarmos as unidades da federação, o estado do Paraná está acima da média nacional (4,6) e o estado do Pará está abaixo (3). Desse modo, é possível inferir que não se consegue enfrentar as desigualdades tendo como base a média, uma vez que ela camufla as disparidades educacionais do local analisado.

Ao buscar maior aprofundamento dos dados para compreender esse resultado, podemos acessar os boletins das escolas do SAEB e analisar o quadro de percentual de estudantes por nível de proficiência em língua portuguesa. Abaixo apresentamos a pontuação relacionada a cada nível de proficiência.

Nível	Pontuação
1	Entre 225 e 249
2	Entre 250 e 274
3	Entre 275 e 299
4	Entre 300 e 324
5	Entre 325 e 349
6	Entre 350 e 374
7	Entre 375 e 399
8	Igual ou acima de 400

## Nível - Pontuação

A média da escola apresentada no boletim abaixo foi de 291,5, ou seja, ela estava no nível 3. No entanto, ao analisar a completude do gráfico dos resultados dessa unidade educacional, identificamos que aproximadamente 33% dos estudantes estão abaixo desse nível (0 ao 2), aproximadamente 46% estão acima desse nível (4 ao 8) e apenas 21% exatamente nesse nível (3). Embora essa escola (291,5) esteja acima da média das escolas similares (290,57), está abaixo da média municipal (296,62) e estadual (296,62) que atendem a cidade em que está inserida. Esses dados revelam a posição da escola em relação às redes de ensino presentes no território e escolas similares (com mesmo nível socioeconômico e formação docente, por exemplo), mas não revelam quem são os estudantes que estão abaixo da média - o que ajudaria a compreender elementos contextuais que os fazem estar nessa condição.

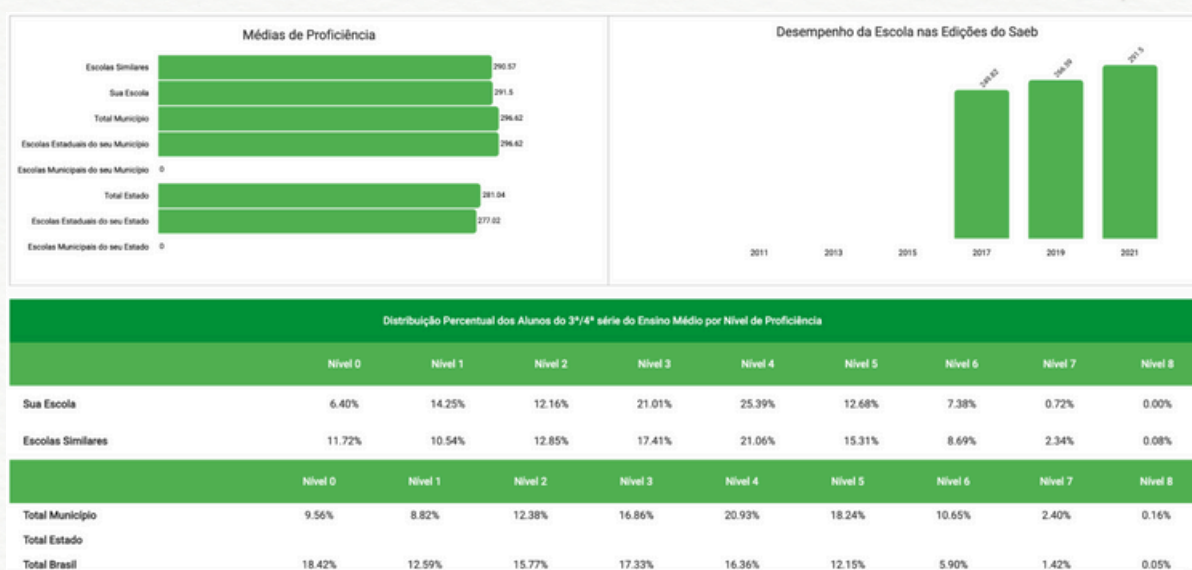


Figura 1: percentual de estudantes por nível de proficiência em língua portuguesa. Fonte: SAEB

A média pode esconder a complexidade do contexto, como o fato de uma escola apresentar indicadores acima daqueles relacionados ao seu território, mas que, ao analisar a especificidade de seus dados, ter um cenário mais desigual em relação às escolas que estão abaixo da média. Isso ocorre porque se identifica uma maior disparidade entre a aprendizagem de seus estudantes nos diferentes níveis do

que em escolas que estão em posição inferior, mas concentram a aprendizagem de seus estudantes em níveis próximos.

O dado explorado é sempre a média, mas não as desigualdades existentes na unidade educacional e como isso impacta a concretização do direito à educação, considerando que uma mesma escola tem 33% de seus estudantes entre os níveis 0 e 2 e 46% entre os níveis 4 e 8. Se estão na mesma escola, o que faz esses grupos aprenderem em níveis tão diferentes e estarem tão distantes uns dos outros? É preciso refletir se o resultado é uma constatação de insuficiência de aprendizagem ou de uma avaliação descontextualizada para o perfil de determinados grupos. Será que os aprendizados das pessoas, a partir de suas experiências e aspectos socioculturais, estão sendo considerados nos parâmetros educativos e de avaliação? A forma de avaliação considera diferentes formas de saberes? Como validar um resultado de avaliação descontextualizado e que trata os saberes locais como irrelevantes? Como identificar e considerar as diferentes formas de saberes existentes na escola se não sabemos quem são esses grupos em termos de raça/cor/etnia, gênero, classe e território?

O que a análise interseccional revelaria nesses casos? Quem são as pessoas que aprendem mais, quem são as pessoas que estão na média e quem são as pessoas que aprendem menos e se há predominância de um padrão em determinados grupos que precisa ser compreendida. As informações de perfil dessas pessoas ajudam a identificar os fatores sociais que impactam a sua aprendizagem. É o tempo de deslocamento de casa para a escola que impacta o aprendizado de estudantes da área rural? É o racismo que impacta a trajetória escolar de pessoas negras? É o tratamento desigual? São as tarefas domésticas que sobrecarregam as meninas e as impedem de dedicar mais tempo aos estudos? É a violência que afeta o percurso de meninos negros antes mesmo da chegada na escola? Só teremos indicativos, levantaremos hipóteses e partiremos para uma análise qualitativa aprofundada sobre a problemática enfrentada se conseguirmos identificar onde se dá a maior incidência do problema e quais são os fatores sociais que o define.

Grupos que apresentam indicadores fora da expectativa costumam ser tratados como problema, a exemplo das formas como se definem sucesso e fracasso escolar. É preciso inverter o foco do problema, ou seja, os indicadores devem sinalizar a eficiência ou ineficiência das políticas públicas em atender as pessoas de acordo com suas necessidades e contexto, e não tratar como desviantes quem está fora dos parâmetros mínimos e expectativas estabelecidos de forma descontextualizada. O perfil dos grupos que compõem um indicador social é fundamental não apenas para compreender as desigualdades entre eles, mas também para identificar quem eles são e se os parâmetros de qualquer avaliação, como aprendizagem ou índice de desenvolvimento humano, consideram as formas de aprendizagem e dinâmicas de vida dos locais em que vivem.

Os dados que precisam ser explorados existem, mas é necessário que sejam analisados em relatórios e boletins oficiais e, também, que as bases de dados disponibilizadas possibilitem o cruzamento de variáveis que identifiquem os grupos sociais. Esse movimento é necessário para que possamos avançar na compreensão da realidade brasileira em suas minuciosidades e complexidades e para que possamos elaborar políticas públicas eficazes no enfrentamento das desigualdades e no atendimento aos grupos mais vulneráveis que, com transparência de dados, poderão ser nomeados e reconhecidos como sujeitos de direitos em suas especificidades.

### ***Dados primários***

A produção de dados primários é uma possível solução para a construção de análises interseccionais sobre os territórios. Para isso, é fundamental que, além dos indicadores sociais que se objetiva coletar, sejam produzidos dados de identificação que viabilizem a nomeação dos grupos predominantes dentro de cada agrupamento de dados relevantes. Nesse sentido, elencamos abaixo variáveis importantes para um primeiro bloco da coleta:

- Idade;
- Identidade de gênero;
- Orientação sexual;
- Raça/cor/etnia;
- Deficiência;
- Nacionalidade;
- Religião;
- Território (urbano e rural);
- Pertencimento a povos e comunidades tradicionais;
- Pertencimento a comunidades assentadas;
- Renda;
- Escolaridade.

Após a definição das variáveis, podemos endereçar questões/indicadores relacionados às temáticas que objetivamos diagnosticar. Apresentamos um exemplo abaixo:

- Número de horas dedicadas aos estudos em casa;
- Acesso aos materiais didáticos;
- Tempo de deslocamento casa-escola;
- Estuda e trabalha?
- Estuda em instituição com acessibilidade para PCDs?
- Já sofreu alguma forma de discriminação na escola? Qual?
- Aprovação e reprovação;
- Migração para EJA;
- Nível aprendizagem nos componentes curriculares.

Note que questões como o número de horas dedicadas aos estudos em casa, tempo de deslocamento para a escola e o acesso aos materiais didáticos são respostas que podem vir diretamente das famílias e/ou estudantes. Já o nível de aprendizagem deve ser avaliado por profissionais da educação por meio de avaliações aplicadas aos discentes. É importante que cada pergunta tenha opções definidas para facilitar o agrupamento dos dados. Ao obter as respostas, podemos analisar, por exemplo, quantas horas meninas podem se dedicar aos estudos em casa e quantas horas os meninos direcionam para a mesma tarefa, o que possibilita compreender como a divisão social do trabalho impacta a trajetória escolar de meninas e meninos. No estudo "O direito à educação de meninas negras em tempos de pandemia: o aprofundamento das desigualdades"<sup>2</sup>, identificamos que o percentual de meninos que dedicava ao menos seis horas aos estudos (15%) era aproximadamente o dobro do percentual de meninas (8%).

As opções para cada uma das perguntas de perfil devem estar em diálogo com as categorias utilizadas pelo IBGE. Ou seja, quando falamos de raça/cor, este instituto utiliza as categorias amarelos, brancos, indígenas, pretos e pardos. Esse alinhamento possibilita análises que dialogam com dados produzidos por outros órgãos e que podem ajudar a explicar o contexto de determinados grupos, impactando e contribuindo para os indicadores apresentados.

A análise de dados precisa ser feita a partir do cruzamento de variáveis, ou seja, a utilização de duas ou mais variáveis. Por exemplo:

- Acesso aos materiais didáticos por gênero e raça/cor: este cruzamento revelará mais do que o número de estudantes que acessam os materiais didáticos, mas como se dá esse acesso para meninas brancas, meninas negras, meninos brancos e meninos negros, se há diferença entre esses grupos em relação à média geral e quais são essas diferenças.

---

<sup>2</sup> Para saber mais, sobre o material produzido por Geledés, acesse: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2021/04/A-educacao-de-meninas-negras-em-tempo-de-pandemia.pdf>>



Observe o exemplo abaixo. A partir do cruzamento das variáveis, os dados demonstram que 74,5% dos participantes afirmaram ter recebido instrumentos/recursos pedagógicos e 24,86% não receberam. Entretanto, quando os dados são desagregados por gênero e cor/raça, identificam-se disparidades: enquanto 60,98% do total das meninas negras tiveram acesso a material didático pedagógico, esse indicador é de 81,94% para meninos negros, 93,75% para meninas brancas e 100% para os meninos brancos. Quando comparamos esses dados aos indicadores de realização das atividades escolares remotas/virtuais, identificamos que as meninas negras foram mais afetadas devido às dificuldades encontradas para a realização das atividades escolares durante a pandemia, inclusive em sua modalidade virtual.

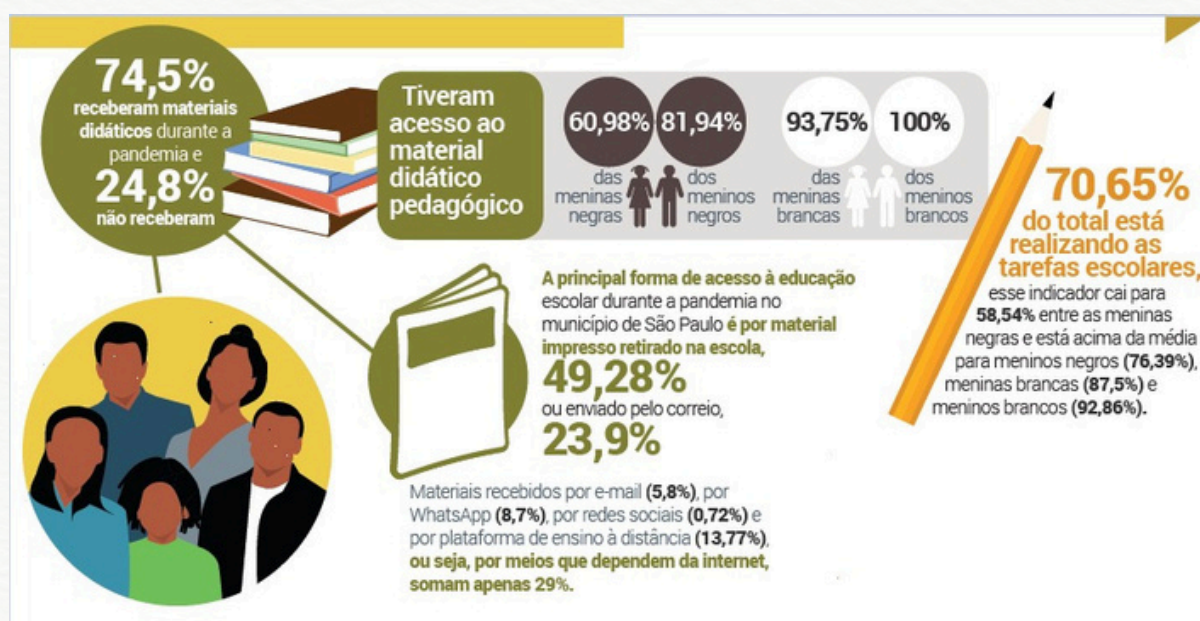


Figura 2: Fonte: A Educação de meninas negras em tempos de pandemia [livro eletrônico] : o aprofundamento das desigualdades / pesquisa Geledés Instituto da Mulher Negra ; coordenação Suelaine Carneiro. -- 1. ed. -- São Paulo : Geledés, 2021. PDF

É importante que a produção de dados primários ajude a identificar a diversidade que compõe a rede e se os direitos de acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica não estão sendo afetados devido à hierarquização das diferenças que marcam a história do Brasil e que, conseqüentemente, estão presentes no território. Indicadores superiores ou inferiores não são mera responsabilidade dos grupos sociais a que estão associados, mas refletem as relações desiguais da sociedade em que vivemos. Quando as desigualdades aparecem, os dados servem de referência para explicitar a complexidade da rede e para construir, além das políticas universais, políticas de equidade focadas nas especificidades dos que mais precisam.

## **Análises intersetoriais para políticas intersetoriais**

Os direitos sociais são interdependentes e indivisíveis, como afirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Isso significa que a violação de um direito interfere na concretização de outros, e, por isso, é necessário conhecer os aspectos sociais dos grupos que atendemos e como sua realidade reflete ou não em seu desenvolvimento integral. Por exemplo, crianças e adolescentes em condição de insegurança alimentar e nutricional terão muito mais dificuldade de aprender, porque a fome afeta o corpo físico, e esse fator pode ser decorrente do desemprego de seus familiares. Nesse sentido, a política de assistência social, por meio dos programas de transferência de renda, assim como as políticas locais de acesso ao emprego e à renda, pode ajudar a mitigar essa problemática que afeta a vida das famílias e a trajetória de estudantes.

A escola precisa ser estimulada a conhecer indicadores sociais de seu contexto, como perfil de moradores, pertencimento a grupos étnico-raciais e de povos e comunidades tradicionais, acesso ao trabalho e à renda, escolaridade, saúde, segurança pública, saneamento básico, equipamentos e acesso aos bens culturais, equipamentos do sistema de garantia de direitos nos territórios, entre outros elementos. Esses dados também precisam ser analisados a partir da diversidade existente na comunidade atendida e de uma perspectiva interseccional, a fim de identificar possíveis desigualdades e grupos mais vulneráveis. Dessa forma, é importante construir diagnósticos a partir dos dados da saúde (DATASUS3 e SIM), da assistência social (CadÚnico), da infraestrutura (MUNIC e ESTADIC4), da educação (INEP e a própria Secretaria de Educação), entre outros, a fim de conhecer a realidade local e construir articulação com outras políticas e programas para garantir a integralidade dos sujeitos que frequentam a escola. Isso seria a análise intersetorial.

---

<sup>3</sup> Para saber mais, acesse: <<https://datasus.saude.gov.br/>>

<sup>4</sup> Para saber mais, acesse: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html>>

As políticas intersetoriais têm como objetivo fazer com que diversas instituições atuem para que a integralidade dos direitos esteja presente na vida das pessoas do território. Um menino negro que sofre as consequências do racismo institucional e é constantemente abordado pela polícia a caminho da escola está sofrendo uma série de violências fora do ambiente escolar que impactam sua trajetória educacional tanto quanto aqueles que enfrentam a distribuição desigual de afeto e atenção refletidos na prática da professora em sala de aula. Isso significa que não é apenas a escola que deve ter uma política de educação antirracista; os órgãos de segurança pública também precisam construir seus protocolos de enfrentamento ao racismo. A população negra masculina apresenta os maiores indicadores de mortalidade juvenil e os piores indicadores educacionais de acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica. Isso significa que a violência racial imposta a esse grupo, presente na escola, nos órgãos de segurança pública, no trabalho e nas relações sociais em geral, precisa ser debatida por órgãos oficiais.

Meninas e mulheres negras são mais afetadas pelo trabalho doméstico e de cuidados e, embora apresentem melhoras progressivas nos indicadores educacionais, sua responsabilização precoce implica assumir oportunidades com respostas imediatas - como o trabalho que garante o sustento das suas necessidades básicas - e que se constituem como obstáculo para avanço a longo prazo, o que as coloca em situação de desvantagem nos campos de trabalho/renda e as posiciona na base da pirâmide social brasileira. Dessa forma, como as políticas públicas educacionais, de assistência social, de saúde e de trabalho podem garantir melhores condições para que esse grupo social tenha maior acesso à mobilidade social?

Enfrentar as desigualdades educacionais e garantir acesso aos direitos para grupos mais vulnerabilizados demanda análise e perspectiva interseccional e trabalho intersetorial articulado, o que envolve diferentes secretarias (educação, saúde, assistência social, infraestrutura, segurança pública, cultura etc.) e diferentes órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). O que transformará a trajetória educacional de meninas negras e meninos negros, assim como de outros grupos impactados pelas desigualdades de gênero, raça, território, deficiências e classe, é a política intersetorial.

## Recomendações

Esta nota técnica apresenta dez (10) recomendações técnicas para a política de produção de dados.

1. A adoção da lente interseccional na produção e leitura de dados, não apenas como ferramenta analítica, mas como estratégia para evidenciar a complexidade da sociedade e, a partir dos dados, construir políticas emancipatórias.
2. As pesquisas e indicadores produzidos por órgãos oficiais devem manter e/ou incluir as variáveis de raça, identidade de gênero, sexualidade, território, deficiência e classe, e construir estratégias para seu preenchimento e diminuição da subnotificação.
3. Profissionais técnicos que trabalham no preenchimento de instrumentos de coleta de dados de pesquisas oficiais devem receber formação sobre a importância e o método da notificação de variáveis como raça/cor/etnia, território, pertencimento a povos e comunidades tradicionais, deficiências, identidade de gênero, sexualidade e outras informações de perfil relevantes.
4. Realização de campanhas públicas para sensibilização da população sobre a importância da coleta e notificação de informações de perfil para a caracterização da sociedade e construção de políticas públicas focalizadas.
5. As análises dos dados e a apresentação dos resultados de pesquisas produzidos por órgãos oficiais devem considerar as intersecções de raça, gênero, território, deficiência, classe e outras variáveis relevantes.
6. As bases de dados oficiais produzidas por órgãos do Estado e disponibilizadas publicamente devem possibilitar uma análise interseccional dos dados de forma a identificar as desigualdades e as complexidades dos diversos contextos.
7. O foco nos resultados das pesquisas não deve ser nas médias, mas nas desigualdades existentes entre os diferentes grupos sociais e seus fatores geradores.

8. As desigualdades colocadas em evidência pelas pesquisas devem orientar políticas públicas específicas que respondam às necessidades e especificidades dos grupos sociais mais vulnerabilizados.

9. Produção de diagnósticos de territórios por instâncias públicas, a fim de orientar as instituições que atuam na garantia de direitos e operação de serviços públicos para o atendimento contextualizado e adequado às realidades locais.

10. Políticas intersetoriais de enfrentamento às desigualdades, a fim de articular os campos onde há violação de direitos que implicam o desenvolvimento de determinados grupos sociais, conforme indicam os dados e evidências.

## Bibliografia

ANTRA. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

CARNEIRO, Suelaine; SANTOS, Jaqueline Lima. A Educação de meninas negras em tempos de pandemia [livro eletrônico] : o aprofundamento das desigualdades / pesquisa Geledés Instituto da Mulher Negra ; coordenação Suelaine Carneiro. -- 1. ed. -- São Paulo : Geledés, 2021. PDF

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, Interseccionalidade e política emancipatória. Parágrafo, v.5, n.1, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em 13 nov. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Intersectionality. Cambridge, UK: Polity, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; CHEPP, Valerie. Intersectionality. In: WELDON, Laoreal (Org.). Oxford Handbook of Gender and Politics. New York: Oxford, 2013, p. 31-61.

CRENSHAW K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Rev Estud Fem [Internet]. 2002 Jan; 10(1):171-88. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz A. M. da et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica (1979). In: Por um feminismo afrolatino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flávia Rios, Márcia Lima. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MAIA, Ana Paula A escola na rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes: guia de referência / Ana Paula Maia... [et al.]. – São Paulo: Ação Educativa, 2018.



**Realização**



**GELEDÉS**  
INSTITUTO DA MULHER NEGRA

**Apoio**

**MALALA**»  
**FUND**

